



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADO DO TOCANTINS



REQUERIMENTO /2023

Requer, nos termos do art. 67, § 4º do Regimento Interno, convocação de reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Os Deputados abaixo assinados, nos termos do art. 67, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, requerer **CONVOCAÇÃO** de Reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, para nomeação e deliberação de matérias que estão em tramitação na referida Comissão.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2023.

Deputado **FABION GOMES**

Deputado **MARCUS MARCELO**

Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

Deputado **PROF. JUNIOR GEO**

Deputado **LÉO BARBOSA**

Deputado **JORGE FREDERICO**

Deputado **EDUARDO MANTOAN**

Deputado **CLEITON CARDOSO**

Deputado **EDUARDO DO DERTINS**

PARECER DE RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 155/23

Dispõe sobre a implantação de portas giratórias com detectores de metais nas escolas estaduais do Tocantins, e dá outras providências

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

RELATOR: Deputado Professor Junior Geo

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, Projeto de Lei da Casa n.º 155 de 2023 e Projeto de Lei da Casa n.º 163/2023 de autoria do Deputado Aldair Gipão e Jorge Frederico, respectivamente, que: "Dispõe sobre a implantação de portas giratórias com detectores de metais nas escolas estaduais do Tocantins, e dá outras providências".

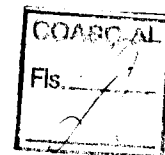
Na justificativa do Projeto, o Autor destaca que a crescente onda de violência nos estabelecimentos de ensino brasileiros é notória, especialmente durante a última década. Enfatiza a necessidade de intervenção por parte do Poder Público para prevenir a repetição de tais incidentes.

Por versar sobre matéria análoga à desta propositura, o Projeto de Lei n.º 163/2023, de autoria da Deputado JORGE FREDERICO, foi apensado a este processo nos termos do art.128, | do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

No dia 23 de abril deste exercício, a Proposição foi distribuída na Comissão de Constituição e Justiça, sendo nomeado relator o Deputado Moiseimar Marinho a qual exarou parecer pela aprovação da matéria.

Ato contínuo, o Projeto de Lei em comento foi remetido à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, ficando sob a relatoria do Deputado que a esta subscreve, motivo pelo qual passa a análise e voto.

É o relatório.



II – ANÁLISE

A proposta dos Ilustres Deputados, enfatizam que a propositura auxiliará na prevenção de atentados no interior dos estabelecimentos públicos de ensino de nosso Estado, baseando-se na implantação de portas com detectores de metal e, de forma complementar, a inspeção de pertences, tudo em prol da segurança e bem-estar social.

Inobstante o louvável intuito e o alcance social que a norma estadual poderia trazer a população, no entanto, após detida análise dos autos, vislumbra-se que esta proposição encontra obstáculos para seu devido prosseguimento, pois cria despesas ao Poder Executivo, além de não apresentar qualquer demonstrativo financeiro sobre a forma como seria realizado.

A propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei se encontra entre aqueles de iniciativa privativa indicados no art. 27, § 1º, II, “b” e “f” da Constituição do Estado do Tocantins:

“Art. 27. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Procurador-Geral de Justiça, aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

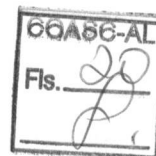
II - disponham sobre:

b) organização administrativa, matéria orçamentária e serviços públicos;

f) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgão da administração pública. ”

Portanto, a matéria encontra óbice legal de sua tramitação, pois legisla sobre matéria de competência do Executivo, porque cria uma atribuição ou tarefa à Administração Pública, acarretando aumento de despesa pública ou impacto na ordem orçamentária estatal. Outrossim, convém aludir que há violação à Lei 4.021/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) e à Lei 4.078/2023 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

Por todo o exposto, pela magnitude do Projeto de Lei, recomendamos fazer um INDICATIVO AO PODER EXECUTIVO, de modo que o mesmo apresente mensagem Governamental para tratar da matéria.



III – DO VOTO

Ante o exposto, em que pese a relevância social do projeto, por apresentar óbices do ponto de vista jurídico e financeiro, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** dos Projetos de Lei nº **155/2023** e **163/2023**.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 10 de outubro 2023

PROFESSOR JÚNIOR GEO
Deputado Estadual

Assinado de forma digital por
JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100

PROFESSOR JÚNIOR GEO

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, aprovou o Parecer do(a) Relator(a) Deputado(a) PROF. JÚNIOR GEO, referente ao (a), PL n° 155/2023.

Obs.....

Encaminhe-se ao ARQUIVO.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2023.

Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle

MEMBROS EFETIVOS

Dep. Eduardo Mantoan ()
Dep. Fabion Gomes ()
Dep. Luciano Oliveira (X) Vice-Presidente
Dep. Léo Barbosa ()
Dep. Olyntho Neto () Presidente

MEMBROS SUPLENTE

Dep. Eduardo do Dertins (X)
Dep. Marcus Marcelos (X)
Dep. Prof. Júnior Geo (X)
Dep. Cléiton Cardoso ()
Dep. Jorge Frederico ()